



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 97 / XIII / 3.ª SL

Aos dez dias do mês de outubro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Audição do Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, para a apresentação do “Programa Internacionalizar” – 16h30

3. Discussão e aprovação do Relatório de Atividades da 2.ª Sessão Legislativa.

4. Discussão e aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª Sessão Legislativa.

5. Discussão e aprovação do Orçamento da Comissão para a 3.ª Sessão Legislativa.

6. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

- [Proposta de Resolução n.º 56/XIII/2.ª](#) - Aprova, para adesão, o Segundo Protocolo à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotado na Haia, em 26 de março de 1999.

Deputado(a) autor (a) do Parecer: PSD

- [Proposta de Resolução n.º 57/XIII/2.ª](#) - Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, aberta a assinatura em Saint-Denis, em 3 de julho de 2016.

Deputado(a) autor (a) do Parecer: PS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

7. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela CAE

- COM(2017) 493 - Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações com vista a uma convenção que estabelece um tribunal multilateral para a resolução de litígios em matéria de investimento

Deputado(a) autor (a) do relatório: PS

8. Aprovação de atas:

Ata n.º 54, de 07.11.2016;

Ata n.º 56, de 05.12.2016;

Ata n.º 65, de 09.02.2017;

Ata n.º 95, de 18.07.2017;

Ata n.º 96, de 13.09.2017.

9. Outros assuntos.

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados e deu conta das informações gerais.

Em seguida, no ponto dois da Ordem de Trabalhos, deu as boas-vindas ao Senhor **Secretário de Estado da Internacionalização**, esclareceu as regras sobre a grelha de tempos dando a palavra ao Senhor Secretário para apresentar o “Programa Internacionalizar”.

Tomou a palavra o Senhor Secretário de Estado para fazer a apresentação do “Programa Internacionalizar” (Programa). Começou por referir que, em 25 de setembro, este programa foi apresentado na reunião do Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia Portuguesa (CEIE) e que tem por finalidade articular os setores privado e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

público numa estratégia única para aumentar as exportações nacionais e captar mais investimento direto estrangeiro.

O referido Programa tem por objetivos aumentar a componente nacional por cada euro exportado, que a evolução das exportações seja superior ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), operar a diversificação dos mercados para os quais as empresas portuguesas exportam e uma mudança da estrutura do investimento direto estrangeiro captado pelo País.

Quanto à governação, a coordenação do Programa será feita, a nível técnico pela AICEP, e a nível político por três Ministérios, a saber, Ministério da Economia, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério das Finanças, sem prejuízo da intervenção de outros ministérios, sendo acompanhado pelo CEIE.

Sobre o ponto de partida para a criação do Programa, referiu que a evolução das exportações, desde 2012, teve um saldo positivo na balança comercial, sendo que 74% do comércio internacional português se realiza dentro da União Europeia. Não obstante, ter-se verificado um incremento das exportações, a base exportadora estagnou nos últimos 5 anos, a estrutura setorial necessita evoluir para produtos mais elaborados e é necessário diversificar os mercados de exportação.

Sobre os objetivos estratégicos, enfatizou ser necessário desenvolver uma estratégia coletiva que permita aumentar o peso das exportações relativo ao PIB, alargar a base exportadora e diversificar os mercados para onde as empresas portuguesas exportam, referindo que os atuais índices de concentração são prejudiciais. Nessa medida, e termos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) existem ainda muitos setores emergentes nos quais existem lacunas, em termos de capitalização e de desenvolvimento de ativos, sendo o setor aeronáutico um bom exemplo de como essas lacunas podem ser supridas. No que respeita ao Investimento Direto Português no Exterior (IDPE), o Programa pretende orientá-lo ao suporte da atividade exportadora e ao equilíbrio da Balança Corrente. Relativamente à adição de valor acrescentado na cadeia de valor, o Programa procura reforçar a intensidade tecnológica e de conhecimento integradas nos produtos e serviços exportados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Sobre os eixos de atuação, continuam a ser prioritários a promoção da marca Portugal e das empresas nacionais, a eliminação de custos de contexto e o incremento do IDE. Nessa medida, as medidas que o Programa propõe implementar, incidem, entre outras, no apoio à captação de informação, qualificação de recursos humanos e do território, financiamento para a internacionalização e no acesso a mercados de exportação.

Terminou, informando que o Governo irá recolher, até ao fim do corrente mês, os contributos das associações empresariais, estando também os Grupos Parlamentares convidados a apresentar medidas de melhoria, para o aperfeiçoamento do Programa, tendo por objetivo aprová-lo em novembro e implementá-lo no início de 2018.

Terminada a apresentação do Programa pelo Senhor **Secretário de Estado da Internacionalização**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**.

Começou por sinalizar as dificuldades de financiamento sentidas pelas empresas que trabalham no setor das obras públicas. Questionou sobre quais são as medidas previstas implementar no apoio aos seguros de exportação, na captação de IDE e de promoção da marca Portugal no estrangeiro. Indagou sobre como a capitalização das empresas nacionais no setor agroindustrial para concorrerem no *hub* África e América do Sul e sobre o reforço da presença de Portugal no capital de Instituições tais como o Banco Africano de Desenvolvimento, no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Banco Asiático de Desenvolvimento. Deu nota de que o Centro Internacional de Negócios da Madeira conseguiu criar o terceiro maior Registo Internacional de Navios na Europa e que, nessa medida, o Governo da República deve auxiliar na flexibilização da legislação nesta matéria. Por fim, deixou uma sugestão sobre a criação de antenas de captação de negócios de apresentação de um cronograma mais preciso para a implementação do Programa.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado, respondeu o **Senhor Secretário de Estado** que face às dificuldades de financiamento é necessário articular melhor a atuação da CGD e de outras instituições bancárias, sem esquecer, o papel da COSEC. Sobre as instituições bancárias multilaterais referidas, referiu ser necessário resolver o problema de antecipação da procura pelas empresas portuguesas, uma vez que, existe uma lacuna de informação por parte do Governo, sobre os mercados onde as empresas nacionais pretendem atuar. Referiu que a política fiscal, não é considerada pelos investidores



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

estrangeiros como a principal dificuldade para operar no mercado nacional, sendo o grande desafio, esse sim, oferecer recursos humanos qualificados.

Terminada a intervenção do Senhor Secretário de Estado, tomou a palavra o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)**, para salientar que Programa sendo dirigido ao incremento das exportações representa também uma mudança estrutural de afirmação da marca Portugal nos diversos mercados. Toca em questões fundamentais, tais como a formação profissional e melhoria de leitura das componentes fiscal e jurídica nacionais e constituiu um recurso importante na presente Legislatura e de preparação do próximo quadro de financiamento europeu. Fez sobressair a interligação que o Programa estabelece entre ministérios nos quadros da coesão territorial e da componente ambiental. Lembrou existir alguma instabilidade no investimento no setor automóvel, situação que deve ser acompanhada e ser necessário ir mais além na questão da localização do investimento, devendo ser criada uma rede de municípios focada no investimento.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado, o **Senhor Secretário de Estado** tomou a palavra para responder, assinalando que a forma como olhamos para a captação de IDE em Portugal, tem-se focado no reinvestimento por parte de empresas já sedeadas em território português o que tem permitido fixar esse investimento e criar ou manter postos de trabalho. Dessa forma, é necessário criar novas oportunidades na cadeia de valor, que constituam focos de atração de IDE, como foi o caso da EMBRAER. Quanto à questão da coesão territorial, o problema está em atrair IDE para todo o território nacional. A solução passará pela criação de planos municipais de investimento, sendo que, esse trabalho deve articular o governo, os municípios e a associação de municípios. Em relação ao Centro Internacional de Negócios da Madeira, lembrou existir um protocolo com a AICEP e sobre o Registo Internacional de Navios um protocolo com a Grécia.

Terminada a intervenção do Senhor Secretário de Estado, tomou a palavra o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para referir que analisado o Programa, os aspetos relativos ao pensamento estratégico indicam que o objetivo é captar investimento mais do que auxiliar as empresas nacionais a encontrar novos mercados de exportação. Entende não ser compreensível que seja colocada a tónica, em termos de IDE, nos detentores de *vistos gold*, uma vez que, os dados estatísticos disponíveis indicam que esse tipo de investimento não tem por fim criar postos de trabalho. Em relação à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

necessidade de criação de maior valor acrescentado na cadeia de valor, considera que tal advém do facto de Portugal se ter transformado num quase entreposto, constituindo um enorme desafio que pode ser ultrapassado pelo IDE. Entende, não obstante, que essa deve ser apenas uma das várias vias a explorar, sendo determinante que Portugal seja uma porta de entrada para a Europa, mas sem que isso seja pretexto para a engenharia financeira de que o *offshore* da Madeira é um exemplo, porque a baixa fiscalidade representa perda de rendimento para o Estado e não cria postos de trabalho. Questionou sobre a forma como a economia nacional pode beneficiar do alargamento do canal do Panamá, sugerindo a criação de um entreposto na área de influência da Base das Lajes, nas ilhas dos Açores. Por fim, referiu que o Programa deverá refletir preocupações com a criação de postos de trabalho qualificados e não de maior precariedade, uma vez que, esta é inimiga do desenvolvimento da economia nacional.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado, o **Senhor Secretário de Estado** tomou a palavra para responder, referindo que após a fase do imobiliário, a aposta nos detentores de *vistos gold* será na diversificação do seu investimento no mercado nacional. Sobre a necessidade de aumentar o valor acrescentado das exportações, assinalou que tal se deve ao facto de, serem cada incorporadas importações, sendo o objetivo do Programa aumentar as exportações indiretas i.e. incorporar bens e serviços produzidos em Portugal. Em relação ao canal do Panamá, o objetivo será integrar o porto de Sines nas cadeias logísticas internacionais sendo, para tanto, necessário IDE. Em relação à Base das Lajes, sendo um assunto muito sensível, este está a ser acompanhado pelo Ministério da Defesa.

Terminada a intervenção do Senhor Secretário de Estado, foi dada a palavra pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** ao Senhor **Deputado Lobo D'Ávila (CDS)**, para referir o reaparecimento simbólico deste Programa, uma vez que, ainda se encontra numa fase de arranque inicial. Relativamente às medidas a implementar, fez notar a preocupação do seu Grupo Parlamentar em relação às mesmas, uma vez que, não é apresentado um cronograma concreto para a sua implementação. Não obstante, manifestou a concordância com as medidas propostas por serem uma decorrência lógica do trabalho do Governo anterior. Nessa medida, questionou sobre como vão ser ultrapassados os obstáculos referidos pelo *World Economic Forum* em relação à competitividade da economia nacional i.e. a burocracia e a falta de inovação. No que respeita à dinamização de *clusters* industriais, como é que será mantido vivo o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Conselho para a Indústria e, por fim, se está previsto um estudo de impacto sobre a implementação do CETA.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado, o **Senhor Secretário de Estado** tomou a palavra para responder, lembrando que o Programa visa sistematizar e coordenar diferentes agentes, que procurou identificar as falhas, juntamente com as associações empresariais, e colmatá-las. A internacionalização é um desígnio nacional e, por isso, é um trabalho que tem sido desenvolvido ao longo de vários Governos. Em termos de alinhamento estratégico, referiu que o Governo já homologou o plano estratégico da AICEP, sendo esta, um ator fundamental na garantia da articulação de todo o Programa e que, no âmbito dos projetos de investimento, estão a ser identificados quais são os passos para a contratualização que são desnecessários, devendo ser eliminados para aumentar a rapidez do processo. O estudo de impacto do CETA será desenvolvido no quadro das atribuições da AICEP.

Terminada a intervenção do Senhor Secretário de Estado, tomou a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, referindo que o Governo anterior demonstrou uma fixação no aumento das exportações em detrimento da economia e do mercado interno, situação que foi revertida pela atual maioria com sucesso. Saliou que o seu Grupo Parlamentar não se opõe à atração de IDE desde que seja produtivo. Pelo contrário, opõem-se ao tipo de IDE que apenas subtrai os principais ativos da economia nacional e ao contexto de desigualdade que existe entre as empresas nacionais face a outras, quando que competem no mercado internacional. Questionou sobre quais são as medidas previstas para ultrapassar as dificuldades que as PME têm sentido, no quadro do programa Portugal 2020, em verem as suas candidaturas aprovadas e, assim, poderem aceder à internacionalização. Referiu a importância de o IDE ser utilizado para a criação de empregos de qualidade e não apenas reforçar a precarização, como aconteceu no caso do reinvestimento levada a cabo pela BOSCH. Questionou, também, sobre quais as medidas previstas para reduzir os custos com a energia situação que põem em causa a competitividade das empresas nacionais. E, finalmente, em relação aos delegados da AICEP no exterior, questionou sobre se número de funcionários será reforçado.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada, o **Senhor Secretário de Estado** tomou a palavra para mostrar a sua concordância em relação à dicotomia mercado interno e externo, referindo que as dificuldades que as empresas nacionais sentem no



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

financiamento à exportação, estão relacionadas com a retração do mercado interno. Sobre o programa Portugal 2020, assinalou existirem três processos na área da internacionalização e existirem esforços na alteração da perceção de Portugal e, no desenvolvimento da marca Portugal. Referiu também existir um trabalho com as associações empresariais, no sentido de, organizar diversas ações de diplomacia económica, e de que foram disponibilizados 1,2 milhões de euros para projetos individuais de PME com o objetivo de aumentar a base de exportação, até 31 de dezembro de 2018. Terminou, informando que o plano estratégico da AICEP já foi aprovado e vai ser dado a conhecer em breve, estando perfeitamente alinhado com o Programa ora apresentado e que vão ser inauguradas novas delegações da AICEP, dando como exemplo Cuba.

Terminada a intervenção do Senhor **Secretário de Estado**, foi dado início à segunda ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

O Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** questionou o Senhor Secretário de Estado sobre a articulação entre o “Programa Internacionalizar” e o programa de diplomacia cultural, sobre o desenvolvimento do Banco de Fomento e sobre as medidas previstas para reforçar a coesão territorial na área do IDE.

O Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** referiu ter existido algum tem de intermissão entre o anúncio e a efetiva apresentação do Programa. Não obstante, facto é que tal não teve qualquer impacto sobre o crescimento das exportações, sendo os números apresentados muito positivos. Nessa medida, o Programa apresentado é inovador, desafiante e bastante pertinente, ao propor o envolvimento da diáspora portuguesa, pelo que, gostaria que o Senhor Secretário de Estado desenvolva-se melhor este ponto do Programa. Questionou também sobre os recursos disponibilizados à AICEP para prosseguir a sua missão, sobre as medidas propostas para a diversificação dos mercados e, finalmente, sobre o desenvolvimento dos setores de publicidade e filmes estrangeiros em Portugal

A Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** demonstrou a sua concordância com a aproximação que é feita por este Programa à diáspora mas questionou o Senhor Secretário de Estado sobre se, ainda é possível, reatar os elos de confiança perdidos após o impacto que os casos BES e Banif tiveram nessa relação.

O Senhor **Deputado António Ventura (PSD)** para questionar o Senhor Secretário de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Estado sobre as medidas previstas em termos de investimento para a Base das Lajes, na ilha Terceira, e sobre o plano de internacionalização para os laticínios açorianos, o qual, deve permitir abrir novos mercados para o seu escoamento, valorizar os produtos e, assim, aumentar o rendimento dos produtores.

E, finalmente, a Senhora **Deputada Maria Tender (PSD)** para referir que as dificuldades sentidas pelas empresas nacionais em competir nos mercados internacionais, também são sentidas no mercado interno, uma vez que, a coesão territorial continua a ser um problema sem resposta. Nessa medida, questiona o Senhor Secretário de Estado sobre quais são as medidas previstas para a redução dos custos de contexto, enfrentados por empresas localizadas no interior de Portugal.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, o **Senhor Secretário de Estado** tomou a palavra para esclarecer que o Programa prevê a articulação com as vertentes da cultura e do turismo, sendo uma prioridade aproveitar as missões das associações empresariais em feiras, para promover aquelas duas vertentes também. O Banco de Fomento é um banco grossista que procurará fazer a intermediação nas áreas do investimento e de seguros à exportação. Sobre a coesão territorial, existe ainda alguma dificuldade em ficar o investimento nas áreas do interior, pelo que, propõem uma melhor interação entre a Secretaria de Estado da Internacionalização, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, os sistemas de investimento municipais e a associação de municípios. Sobre os lesados do BES e Banif concordou que a relação de confiança tem de ser restabelecida, tendo sido envolvida a Secretaria de Estado das Comunidades e a Presidência da República neste Programa. Sobre a internacionalização dos laticínios dos açores, referiu existir uma forte cooperação entre os Governos regional e central, sem que a autonomia possa ser posta em causa por este último.

Terminada a audição do Senhor **Secretário de Estado**, no ponto três da Ordem de Trabalhos, o Senhor **Vice-Presidente da Mesa** pôs a discussão e votação o Relatório de Atividades, tendo o mesmo sido aprovado com os **votos favoráveis** dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE, CDS e PCP**.

No ponto quatro da Ordem de Trabalhos, foi discutido o Plano de Atividades, tendo o Grupo Parlamentar do PSD sugerido a audição do novo presidente da AICEP e da nova vice-presidente do Instituto Camões. O plano foi, em seguida, aprovado com os **votos favoráveis** dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE, CDS e PCP**.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No ponto cinco da Ordem de Trabalhos, foi pedido o adiamento da discussão para a reunião seguinte.

Em relação ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, na Proposta de Resolução n.º 56/XIII/2.^a foi nomeada Deputada Relatora a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** e na Proposta de Resolução n.º 57/XIII/2.^a foi nomeado Deputado Relator o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)**.

No ponto sete da Ordem de Trabalhos, foi nomeada Deputada Relatora para o escrutínio da COM (2017) 493, a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**.

No ponto oito da Ordem de Trabalhos, foram aprovadas as Atas n.º **54, 56, 65, 95 e 96** com os **votos favoráveis** dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE, CDS e PCP**.

No ponto nove da Ordem de Trabalhos, foi acordado escrutinar a COM 487 (2017), sendo nomeada Deputada Relatora a Senhora **Deputada Jamila Madeira (PS)** e, a COM 482 (2017), sendo nomeado Deputado Relator o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 13 de outubro de 2017,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Jamila Madeira
João Oliveira
José Cesário
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Carla Cruz
Fernando Jesus
Fernando Negrão
Maria Augusta Santos
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Joana Lima
Lara Martinho

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 17/10/2017.